

# Nota Informativa

Edição 128/2023

## DESTAQUES

Divulgado Relatório de Acompanhamento Semestral da Agenda Regulatória 2023-2024

Relatora diz que projeto que prorroga desoneração da folha deve ser votado nesta semana

Anatel participa de audiência em comissão no Senado

Gestão participa de Reunião sobre Economia Digital do G20 na Índia

Governo abre edital de R\$ 36 milhões para soluções aplicadas de inteligência artificial

Fórum debate compras públicas, crédito e pautas prioritárias das MPes

Reforma tributária como pauta prioritária do governo foi determinante para aprovação na Câmara, diz secretário

Comissão sobre direito digital realiza primeiro debate na quarta-feira

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil quer desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e inclusivas, diz ministra

Indicado à Ancine defende atribuições para regular streaming e estimular jogos eletrônicos

Parceria entre Anatel e ABDI vai assessorar solução de rede em áreas remotas

BTG Pactual: Haverá consolidação de empresas de Internet com grandes de telecom

Banco do Brasil distribuirá R\$ 6 mi a projetos de tecnologia social

LGPD faz Banco Central estender período de testes com o Drex, o Real Digital

## REFORMA ADMINISTRATIVA

Lira defende reforma administrativa e quer atenção do governo para o tema

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco confirma sessão com governadores sobre reforma tributária

Eduardo Braga faz primeira audiência da reforma tributária, após ausência por questão de saúde

Ideia de teto para alíquota do IVA é preocupante e afeta autonomia de Estados e municípios, diz Appy

Pacheco defende teto para o IVA na reforma tributária

Pacheco diz que brecha na reforma tributária para que estados criem novo imposto pode gerar 'instabilidade'

Alíquota de imposto de 25% é possível se houver poucas exceções na reforma, diz número 2 da Fazenda

A Lira e Pacheco, Josué Gomes lista 'preocupações' da Fiesp com proposta da reforma tributária

Reforma tributária é desafio histórico para o Parlamento, diz relator

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNODC apresenta resultados de pesquisa sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Câmara deve votar arcabouço na terça; relator retira emenda que permite despesas extras em 2024

Da África do Sul, Haddad trabalha por aprovação de arcabouço e tributação de offshore

Arrecadação federal fecha julho em R\$ 201 bilhões, com retração de 4,2% em relação ao ano anterior

Relator no Senado mantém texto da Câmara para projeto do Carf

Arcabouço Fiscal deve ser votado na terça-feira

Desoneração da folha está pronta para votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico

## POLÍTICA

Vai a Plenário nome de Paulo Alcoforado para diretoria da Ancine

Alckmin elogia "defesa" que Lira tem feito do arcabouço fiscal

Comissão aprova projeto que atualiza a regulamentação do Fundeb permanente

Lula diz que Banco dos Brics pode ser maior que o FMI e defende moeda comum

Lira a aliados: Lula sabe que errou ao montar ministério

Líderes reúnem-se na terça para acertar votação das mudanças do Senado no novo arcabouço fiscal

Com reforma ministerial, PP terá mais emendas do que PSD e PSB

Câmara tende a mudar marco fiscal do Senado, diz Lira

Arcabouço será votado até quarta, mas não há acordo sobre despesas condicionadas

MPs próximas do vencimento podem ser votadas na quinta-feira

Lira nega que minirreforma impacte em votações no Congresso

Comissão aprova proposta que define regras para uso de reconhecimento facial em estádios

## RELAÇÕES EXTERIORES

Lula diz que PAC é oportunidade de investimento para países do Brics

Moeda chinesa pode ser usada em comércio com a Argentina, diz Lula

Cúpula do Brics começa com candidaturas fortes de Argentina, Indonésia e países árabes

Adesão de novos países e integração econômica estão na agenda do Brics

Brics tem grande contribuição a dar ao mundo, sem 'antagonismo' a outros fóruns, diz Haddad

## DESTAQUES

### Divulgado Relatório de Acompanhamento Semestral da Agenda Regulatória 2023-2024

Poder Executivo | 22/08/2023 – 12h09min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) disponibilizou na terça-feira (22) o Relatório de Acompanhamento e Execução da Agenda Regulatória da ANPD para o biênio 2023-2024. O documento detalha o andamento dos projetos da Agenda e apresenta os números das participações da sociedade nos processos de regulamentação: Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Relatora diz que projeto que prorroga desoneração da folha deve ser votado nesta semana

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 18h37min

A deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de empresas dos 17 setores da economia que mais empregam no país, disse que a proposta deve ser votada nesta semana na Câmara. A fala vai ao encontro do que disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na terça-feira (15). O deputado afirmou que o texto deve ser votado no plenário nesta semana. “O parecer está pronto, apresentado já na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nós estamos com a expectativa de votar na comissão. Era pra ser votado na semana passada. Não tivemos quórum na comissão. Então, a expectativa é de ser votado nesta semana” afirmou a relatora. Paralelamente à votação na comissão, o plenário deve votar um requerimento de urgência para acelerar o trâmite do texto e permitir que ele seja levado à votação dos deputados sem precisar ter o aval de outras comissões da Casa. “É fundamental que esse projeto seja votado

o quanto antes porque as empresas precisam de planejamento. As empresas precisam de previsibilidade. Organizar seus orçamentos para os próximos anos”, destacou a relatora. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel participa de audiência em comissão no Senado**

Poder Executivo | **22/08/2023 – 15h03min**

A Anatel, representada pelo seu presidente, Carlos Baigorri, participou na terça-feira (22/8) de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, em que foram apresentados os planos de atuação para regulação e estratégias do setor de telecomunicações para atender às necessidades da sociedade. Carlos Baigorri disse que a Anatel está em um momento de reposicionamento, em que lida com temas como a instalação e a fiscalização do funcionamento de orelhões e, ao mesmo tempo, atua no enfrentamento aos desafios decorrentes das transformações digitais, como a ampliação da conectividade significativa, entendida como a utilização da internet de forma a agregar benefícios à vida dos usuários. O presidente da Anatel lembrou que a Anatel fundamenta suas ações no Planejamento Estratégico 2023-2027, nos quais as metas para o período estão estabelecidas. Esclareceu que a missão da Agência é promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade, com a visão de ser uma instituição ativa na transformação digital no país, atraindo investimento e promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade para colocar o Brasil no G-20 Digital, na lista dos 20 países mais conectados do mundo. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Gestão participa de Reunião sobre Economia Digital do G20 na Índia**

Poder Executivo | **22/08/2023 – 14h51min**

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) participou na última semana da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20, em Bangalore, na Índia. Durante o evento, foram abordados temas como Infraestrutura Pública Digital (IPD), Segurança e Resiliência na Economia Digital, Habilidades Digitais para a Força de Trabalho Futura e Compras Públicas. Uma das representantes do MGI no evento foi a secretária adjunta de Governo Digital, Luanna Roncaratti. “Fizemos reuniões com representantes da Índia para entender o caminho percorrido por eles para a construção de Infraestrutura Pública Digitais, com foco em identidade, interoperabilidade e também no setor financeiro e ambiental”, explica Roncaratti. Para a secretária adjunta, esta quarta reunião foi importante também porque abriu possibilidades de cooperação no futuro. Segundo Roncaratti, também foram debatidos os modelos de desenvolvimento e de implantação, e, ainda, os desenhos institucionais porque essas infraestruturas envolvem necessariamente não só a parte tecnológica como também a parte de governança, de regras e normativos que apoiam o seu uso. “Alguns países e organismos internacionais debateram a relevância e como estas Infraestruturas Públicas Digitais podem auxiliar para uma maior movimentação e aceleração da economia digital”, complementou. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo abre edital de R\$ 36 milhões para soluções aplicadas de inteligência artificial**

Poder Executivo | **22/08/2023**

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com apoio do Ministério da Gestão e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), lançaram o edital Soluções De Inteligência Artificial para o Poder Público. Com investimento de R\$ 36 milhões, a iniciativa busca apoiar projetos de startups de

desenvolvimento de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) para aplicações em desafios tecnológicos de entidades do poder público federal. Interessados têm até 28 de setembro para envio das propostas. Segundo o MCTI, a inteligência artificial poderá aperfeiçoar serviços oferecidos ao cidadão, como para acelerar a certificação de produtos oriundos da pesca, para aplicação no despacho aduaneiro, para identificar operações de investimentos e estimar riscos de insolvência dos fundos de pensão e o desenvolvimento de soluções para análise de exames médicos. O edital prevê R\$ 36 milhões em recursos de subvenção econômica para apoiar startups com faturamento de, no máximo, R\$ 16 milhões, para desenvolvimento de soluções de IA a partir dos desafios listados e que possam ser incorporadas ou adotadas pelas entidades, com melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos federais. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Fórum debate compras públicas, crédito e pautas prioritárias das MPes**

Poder Executivo | **22/08/2023 – 11h34min**

Teve início na manhã desta terça-feira (22/8) mais uma rodada de reuniões dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que reúne agentes públicos e privados com a missão de elaborar políticas públicas, melhorar o ambiente de negócios e fortalecer um setor que representa mais de 99% das empresas brasileiras, emprega 62% da mão e obra e responde por 27% do PIB do país. Entre os temas a serem debatido nesta rodada, destacam-se a aprovação de Nota Técnica orientando governos locais a direcionarem suas compras públicas para MPes; a construção de um painel de indicadores para acompanhar a Política Nacional das MPes, a ser instituída nos próximos meses; as ações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para racionalização legal e burocrática no registro empresarial; a construção de uma lei que permita a migração escalonada do Microempreendedor Individual (MEI) para o regime de tributação destinado às empresas de maior porte; e a criação de um sistema de crédito especial para o artesanato, no âmbito do programa Brasil Feito à Mão. Participaram da abertura, representando o secretário do MDIC Milton Coelho, o diretor Joaquim Donizete e as diretoras Raissa Rossiter e Amanda Mesquita – que destacaram, em suas falas, a importância na participação social nas definições de políticas públicas. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Reforma tributária como pauta prioritária do governo foi determinante para aprovação na Câmara, diz secretário**

Poder Executivo | **22/08/2023 – 11h15min**

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse na terça-feira (22) que o "fator determinante" para aprovação da reforma tributária sobre o consumo na Câmara foi o governo ter colocado o tema como pauta prioritária. "O fator determinante para a reforma ser aprovada na Câmara no primeiro semestre foi o governo ter se dedicado e colocado a pauta como prioritária, isso é importante e mostra o acerto da equipe econômica", disse durante o 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele também afirmou que "é preciso recompor as bases fiscais e tributárias para que tenhamos um Estado que consiga cumprir as suas funções". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Comissão sobre direito digital realiza primeiro debate na quarta-feira**

Poder Legislativo | **22/08/2023 – 10h51min**

A Comissão Especial sobre Direito Digital da Câmara dos Deputados realiza na quarta-feira (23) sua primeira audiência pública. Serão ouvidos, a pedido do relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central e da Receita Federal. O colegiado avalia propostas para adaptar a legislação brasileira ao mundo atual de avanços tecnológicos e estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Econômico Digital. "Nos últimos anos estamos nos desenvolvendo e nos reinventando por meio da tecnologia", afirma o Andrada. "Tais mudanças na conexão devem ser incorporadas ao direito possibilitando a criação de novas leis, bem como a adaptação das já existentes." A audiência será realizada às 16 horas, em plenário a definir. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### **Brasil quer desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e inclusivas, diz ministra**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 14h41min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, reiterou, na terça-feira (22), compromisso do MCTI para o desenvolvimento econômico e social do Brasil em bases sustentáveis e inclusivas. A afirmação foi feita durante 3ª edição da Conferência de Cidades Latino-Americanas, em Brasília (DF), que reuniu investidores, executivos e formuladores de política para tratar dessa agenda no Brasil. Em sua fala, a ministra elencou série de ações da Pasta para construção de um país inclusivo e sustentável. Entre elas, lembrou dos recursos de R\$ 10 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para implementação de grandes projetos estruturantes, que incluem o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB); o desenvolvimento do satélite CBERS-6; e o Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica, o NB4. "São projetos focados em modernizar a nossa infraestrutura de pesquisa, gerar inovação e ampliar a qualificação dos nossos recursos humanos", afirmou a ministra. "Têm grande transversalidade, visam à promoção da capacidade e da autonomia científica e tecnológica em setores considerados críticos para a soberania produtiva nacional", completou. Além disso, a ministra salientou que o MCTI está "totalmente integrado ao esforço de implementação da nova política industrial". Dos R\$ 106 bilhões de reais que o governo vai investir na nova política industrial nos próximos quatro anos, o MCTI vai destinar, por meio da Finep e do FNDCT, R\$ 41 bilhões para apoiar e estimular a inovação nas empresas. "Um país com uma indústria pujante, intensiva em tecnologia e inovação, como resultado de subsídios, estímulos e investimentos, gera melhores oportunidades de emprego e renda e demanda por qualificação para os trabalhadores. Esse é o objetivo do governo Lula ao articular a política industrial com a política de ciência, tecnologia e inovação", explicou. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Indicado à Ancine defende atribuições para regular streaming e estimular jogos eletrônicos**

Poder Legislativo | 22/08/2023

A Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado Federal aprovou na terça-feira, 22, a indicação de Paulo Xavier Alcoforado ao cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Durante a sabatina, ele defendeu a atribuição da autarquia na regulação de conteúdos audiovisuais em ambiente digital. Alcoforado destacou que o cenário em que o setor audiovisual se encontra "impõe a tarefa de repensar tanto os objetivos do país neste mercado, quanto a sua estrutura normativa" e "a Ancine pode contribuir com esse debate a partir de sua obrigação, subsidiar os Poderes Executivo e Legislativo no processo de regulação do

segmento de vídeo sob demanda em curso, o streaming de vídeo e de jogos eletrônicos”. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Parceria entre Anatel e ABDI vai assessorar solução de rede em áreas remotas** Poder Executivo | 22/08/2023

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) trabalham em uma parceria para facilitar a implantação de conectividade em áreas remotas, a partir da iniciativa dos próprios usuários. O lançamento está previsto para a próxima semana. O projeto foi compartilhado pelo presidente da Anatel, Carlos Baigorri, durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, onde apresentou aos parlamentares o plano de atuação da autarquia. “Estamos planejando, junto com a ABDI, como se fosse um escritório para se chegar um cidadão lá no interior, ou um fazendeiro que quer fazer uma cobertura, uma automação na plantação e não tem 4G, para ele trazer a demanda [para a Anatel] e ajudaremos a encontrar tanto a solução técnica com o apoio da ABDI e a solução regulatória, com apoio da Anatel”, explicou Baigorri. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **BTG Pactual: Haverá consolidação de empresas de Internet com grandes de telecom** Mercado | 22/08/2023

À medida que a taxa Selic começa a diminuir e o custo de capital segue a mesma tendência, a consolidação no mercado de banda larga do Brasil pode se intensificar, destacou o BTG Pactual ao analisar, na segunda-feira (21/08), o setor de telecomunicações e tecnologia. Carlos Sequeira (CFA), Osni Carfi, Guilherme Guttilla e Vitor Melo (CFA) destacaram que uma análise aprofundada mostrou potenciais oportunidades de consolidação nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, avaliando como Desktop, Unifique e Vero poderiam se posicionar para capturar esse vasto potencial de crescimento. Segundo nota assinada por eles, existe uma possibilidade de consolidação natural do mercado de ISPs do Brasil em três fases. A primeira — e que está em andamento — é marcada por grandes empresas adquirindo empresas menores. A segunda terá consolidação entre grandes ISPs, com Vero e Americanet recentemente iniciando esse processo. E a terceira é a consolidação do mercado liderada pelas grandes empresas de telecomunicações. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Banco do Brasil distribuirá R\$ 6 mi a projetos de tecnologia social** Poder Executivo | 21/08/2023 – 20h03min

As instituições sem fins lucrativos que promovem tecnologias sociais, que visam resolver problemas socioambientais e promover o desenvolvimento sustentável, têm a oportunidade de tirar os projetos do papel. O Banco do Brasil (BB) e a Fundação BB lançaram a segunda-feira (21) a 12ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que investirá R\$ 6 milhões nas melhores iniciativas. As inscrições começam em 1º de setembro e vão até 10 de novembro, na página [www.bb.com.br/tecnologiasocial](http://www.bb.com.br/tecnologiasocial). Do total de R\$ 6 milhões em prêmios, R\$ 5 milhões serão investidos em dez projetos de tecnologias sociais premiadas pela Fundação BB e R\$ 1 milhão, em 20 projetos finalistas. O prêmio é distribuído desde 2001, a cada dois anos. Podem participar entidades sem fins lucrativos, como instituições de ensino e de pesquisa, fundações, cooperativas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais de direito público ou privado, legalmente constituídas no Brasil. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **LGPD faz Banco Central estender período de testes com o Drex, o Real Digital**

Poder Executivo | 21/08/2023

O Banco Central admitiu na segunda-feira (21) um atraso no desenvolvimento do Drex - o real digital - e revisou o cronograma da primeira fase de testes. Antes prevista para acabar entre fevereiro e março do ano que vem, essa etapa do piloto deve durar até maio de 2024. Segundo Fabio Araujo, coordenador do real digital no BC, a inclusão dos participantes na rede está sendo um processo mais lento do que o previsto e questões de privacidade estão se mostrando um "desafio grande" no desenvolvimento da moeda digital brasileira. "Estamos enfrentando alguns problemas. O cronograma está sendo executado de uma forma um pouco mais lenta do que a gente tinha planejado para colocar as pessoas para dentro da rede", afirmou Araujo, durante live semanal do BC. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA ADMINISTRATIVA**

### **Lira defende reforma administrativa e quer atenção do governo para o tema**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 16h01min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu o controle das despesas públicas e cobrou do governo que se debruce sobre o tema. Lira lembrou que a reforma administrativa está pronta para ser votada pelo Plenário. Para o presidente, é preciso debater o assunto para garantir um País mais justo. "Temos que discutir despesas, já que não podemos aumentar impostos", disse Lira em evento promovido pela Fiesp que debateu a reforma tributária. "Precisamos que o governo se debruce sobre esse tema, não vamos tirar direito de ninguém, mas precisamos ter uma despesa mais controlada e um Brasil mais justo", afirmou. Sobre a reforma tributária, Lira afirmou que entende as dificuldades que o Senado vai enfrentar em relação aos interesses dos entes federativos. Segundo ele, os senadores vão aprimorar o texto. Lira destacou que o diálogo entre as duas Casas do Legislativo é importante para que haja celeridade na promulgação da matéria. "Precisamos de um texto comum, igual, e em busca desse consenso vamos continuar conversando", afirmou. "Portanto, não adianta a Câmara se impor com estados com mais representação mais volumosa, que o Senado vai corrigir. E, se o Senado juntar ao Norte e ao Nordeste e se sobrepor ao Sudeste e ao Sul, a Câmara vai rever. Daí é a inteligência desse equilíbrio bicameral", disse o presidente. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

### **Pacheco confirma sessão com governadores sobre reforma tributária**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 15h04min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, confirmou a participação dos 27 governadores na sessão temática sobre a reforma tributária (PEC 45/2019) no Plenário, na terça-feira (29), a partir das 10h. Ele disse que a sessão deve durar todo o dia, sendo organizada por blocos de representantes por cada região. Pacheco afirmou que a discussão poderá auxiliar no amadurecimento em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC). — A ideia é usarmos o dia todo de terça-feira, começando às 10 da manhã, e dar aos governadores o direito de ocupar a tribuna do Senado para poder fazer suas exposições em relação à reforma tributária. Aqueles que aqui estiverem vão ter essa oportunidade e também vão poder ouvir os senadores, que também terão o direito à palavra — disse o presidente do



Senado em coletiva de imprensa na terça-feira (22) após participar da Conferência de Cidades da América Latina, que acontece em Brasília. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Eduardo Braga faz primeira audiência da reforma tributária, após ausência por questão de saúde**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 11h39min

Relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) participa na terça-feira, 22, da primeira de uma série de oito audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para discutir a matéria. O encontro acontece às 14h e marca o retorno do líder do MDB na Casa, que limpou sua agenda desde a última sexta-feira, 18, por causa de dores no joelho. O plano de reuniões foi apresentado pelo parlamentar e aprovado no colegiado na última semana. Confirmaram presença na audiência da CCJ: Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Marcus Pestana, presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI); Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal; e Sérgio Pinheiro Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento. A reforma tributária foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho e, desde então, aguarda aprovação no Senado. Neste momento, discute-se a imposição de um teto na alíquota de referência da reforma, mas a ideia é rechaçada por Bernard Appy. Ele se disse preocupado com a proposta, defendida pela indústria, alegando que isso afetaria a autonomia de Estados e municípios.

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Ideia de teto para alíquota do IVA é preocupante e afeta autonomia de Estados e municípios, diz Appy**

Poder Executivo | 21/08/2023 – 21h25min

Apesar do apelo da indústria por um teto na alíquota de referência da reforma tributária, o secretário extraordinário que trata do tema no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, manifestou preocupação com a ideia e disse que a proposta afetaria a autonomia de Estados e municípios. Durante debate sobre o assunto promovido na segunda-feira, 21, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com o grupo Esfera Brasil, Appy deixou claro que a garantia de que não haverá aumento de carga tributária com a reforma é absoluta. Apesar disso, a proposta de emenda constitucional, continuou, preserva a autonomia dos entes da Federação de elevar suas alíquotas em relação à alíquota base. “A gente vai impedir os entes de poderem gerir a sua arrecadação?”, questionou o secretário extraordinário da Reforma Tributária. “Não vai ser fácil, mas vai que, por algum motivo de gestão fiscal dos entes, seja preciso aumentar. Não vai poder fazer isso? Acho muito complicado”, acrescentou. “A questão de limitar a alíquota, eu vejo com muita preocupação”.

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco defende teto para o IVA na reforma tributária**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 20h31min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu na 2ª feira (21.ago.2023) que seja estabelecido um teto para a alíquota do IVA (Imposto Sobre Valor Agregado), proposto na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária. A declaração se deu em debate da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na sede da instituição, em São Paulo. “O que eu tenho defendido, e me parece ser a ideia do relator, é que já na reforma, que depois depende de uma lei complementar para se colocar em

prática o novo sistema tributário, se tenha um teto de alíquota”, declarou Pacheco. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco diz que brecha na reforma tributária para que estados criem novo imposto pode gerar 'instabilidade'**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 19h25min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na segunda-feira (21) que uma brecha contida na reforma tributária para que estados criem um novo imposto sobre a própria produção pode gerar "instabilidade". O texto da reforma, aprovado no início de julho pela Câmara, está agora em uma comissão do Senado. A previsão do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), é apresentar a primeira versão do relatório dia 4 de outubro. Pacheco projeta que a nova regra vire lei até o fim do ano. "[O artigo 19] me parece dar uma instabilidade tributária no Brasil quando se outorga a estados e municípios essa condição de incrementar a carga tributária. Isso acaba gerando uma indefinição muito forte de setores da sociedade, de um modo geral. Isso acho que tem que ser tratado com o Eduardo Braga a seu tempo, obviamente com a participação dos demais senadores", declarou Pacheco em um debate promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse ponto foi incluído de última hora no texto pelos deputados. O dispositivo permite que governadores criem um imposto, com cobrança até 2043, sobre produtos primários e semielaborados – minério de ferro, petróleo e alimentos, por exemplo. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Alíquota de imposto de 25% é possível se houver poucas exceções na reforma, diz número 2 da Fazenda**

Poder Executivo | 21/08/2023 – 18h58min

O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dario Durigan, reiterou na segunda-feira, 21, a posição da pasta de que uma alíquota-base em torno de 25% é possível na reforma tributária, a depender do número de exceções a serem concedidas no texto, que está em tramitação no Senado. Durante debate sobre o assunto promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com o grupo Esfera Brasil, Durigan ressaltou que a reforma pode tornar viável uma alíquota de 25%, ou de 27% no cenário conservador, ao atacar a complexidade do sistema atual. Atualmente, explicou Durigan, a alíquota de tributos que recaem sobre bens e serviços precisa ser mais alta, de 34,4%, por conta do excesso de contenciosos tributários no Brasil. Ou seja, a arrecadação é menor do que a alíquota efetiva, mas essa diferença, ou hiato, tende a diminuir com a reforma tributária, que simplifica o sistema. As declarações do secretário do ministério da Fazenda se baseiam em um estudo da pasta sobre os impactos nas alíquotas do IVA, o imposto sobre valor agregado criado pela reforma, das exceções incluídas no texto pela Câmara. “De fato, a contribuição do ministério tem sido essa, mostrando que uma alíquota como esta que tem sido dita é possível, desde que a gente siga construindo um texto com poucas exceções”, declarou.

Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **A Lira e Pacheco, Josué Gomes lista 'preocupações' da Fiesp com proposta da reforma tributária**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 17h40min

Em evento sobre a reforma tributária na sede da Fiesp, em São Paulo, com as presenças dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente da entidade, Josué Gomes, listou o que entende ser as principais

"preocupações da indústria" com o texto em tramitação no Congresso. Após elogiar o andamento da reforma no Congresso e o texto aprovado na Câmara, classificado como "avanço significativo", ele citou cinco itens que mais preocupam os industriais. O primeiro, disse, é a garantia de fixação de uma alíquota máxima de 25% no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Josué defendeu esse patamar mesmo com a inevitável criação de exceções para alguns setores, como alimentos. O segundo ponto de preocupação é o que chamou de "amplitude da redação do imposto seletivo" -- o tributo a ser pago a mais por alguns setores, como, por exemplo, os que têm potencial de provocar impactos danosos ao meio ambiente. Josué citou ainda como item de "grande preocupação" a redação de um artigo do projeto que permite aos Estados criarem impostos sobre bens primários "a seu livre arbítrio". Segundo ele, isso "fere espírito da não cumulatividade da proposta e fere o espírito da própria reforma". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Reforma tributária é desafio histórico para o Parlamento, diz relator**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 17h08min

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que a mudança no sistema tributário brasileiro é um desafio histórico para o Parlamento, diante dos diversos interesses setoriais, federativos, inclusive com diferenças entre os entes nos três níveis. Ele lembrou que a discussão do tema, neste período, começou em 2019 com a sua relatoria partindo do princípio de que primeiro era preciso acreditar na possibilidade de consenso e na aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC). O relator destacou que o texto aprovado na Câmara, que agora está em tramitação no Senado, representa o interesse do país, depois serem ouvidas diversas partes envolvidas com o sistema tributário. Ribeiro apontou que a proposta reflete uma tributação harmonizada com o que existe também em outros países para garantir a competitividade do Brasil em relação ao resto do mundo. "É relevante avaliar que nós temos uma diferença em relação a outros países do padrão da economia brasileira. A gente tributa muito mais o consumo do que patrimônio e renda. Isso é um peso muito grande, porque a tributação é regressiva e quem paga mais é quem paga menos. Ela é desproporcional", pontuou ao participar da abertura do Seminário Reflexões sobre a Reforma Tributária, promovido pela FGV Conhecimento, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **UNODC apresenta resultados de pesquisa sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**

Poder Legislativo | 21/08/2023

Na quinta-feira (24/8), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Brasil apresenta os resultados da Pesquisa sobre Integridade e Conformidade na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). O evento será realizado na modalidade presencial, no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília, e on-line, com transmissão ao vivo pelos canais do UNODC, TCU e Controladoria Geral da União (CGU) no YouTube. A iniciativa acontece no âmbito do projeto do UNODC "Ação Global pela Integridade Corporativa" (Global Action for Business Integrity) e tem por objetivo apresentar os principais achados da Pesquisa sobre Integridade e Conformidade na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). No encontro, também será apresentada a Matriz de Risco de Integridade, desenvolvida pelo UNODC, que pode ser uma ferramenta útil para diferentes órgãos governamentais em nível nacional, estadual e municipal. No Brasil, uma das atividades que o Projeto pretende incentivar é a cooperação interinstitucional para estimular a

avaliação de riscos, incluindo uma perspectiva ambiental, social e de governança (ESG), bem como o desenvolvimento de programas de compliance alinhados com os diversos riscos presentes nas compras e contratações públicas, junto aos setores privado e público. O evento conta com apoio institucional do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Conselho Nacional de Controle interno (CONACI) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### **Câmara deve votar arcabouço na terça; relator retira emenda que permite despesas extras em 2024**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 15h36min

O projeto de lei do novo arcabouço fiscal entrou na pauta de votações da sessão deliberativa da Câmara desta. Em uma reunião na residência oficial do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários fizeram um acordo sobre as mudanças feitas no texto pelo Senado. O relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), deve apresentar seu parecer ao longo do dia. Apenas duas alterações feitas pelos senadores no arcabouço devem ser mantidas pelos deputados. Uma delas é deixar de fora do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A outra é tirar da regra fiscal os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Cajado confirmou que os deputados devem retirar do arcabouço fiscal a permissão incluída pelo Senado para que o governo pudesse prever as chamadas despesas condicionadas no Orçamento de 2024 – que dependem de aprovação de crédito adicional pelo Legislativo para serem executadas. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Da África do Sul, Haddad trabalha por aprovação de arcabouço e tributação de offshore**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 14h36min

Acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na África do Sul, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passou as últimas horas em contato com líderes da Câmara, na tentativa de destravar a votação do novo arcabouço fiscal. Como está em outro fuso horário (5 horas de diferença em relação à Brasília), Haddad entrou na madrugada de terça-feira (22) negociando com parlamentares a aprovação do texto que é considerado prioritário pela equipe econômica. Segundo a CNN apurou, Haddad entrou em campo diante das incertezas em relação ao avanço da medida. Nessas mesmas ligações a líderes da Câmara, o ministro da Fazenda também tem trabalhado para que seja aprovada a taxa de offshore —hoje, a tributação das empresas no exterior está dentro da Medida Provisória do salário mínimo. Com a resistência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em levar a medida adiante dentro de uma MP, integrantes da base do governo passaram a trabalhar na apresentação de um projeto de lei só sobre a taxa de offshore. Relator da nova regra fiscal, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirmou na noite de segunda que a expectativa é a de votar o projeto até esta quarta-feira (23). O arcabouço está parado na Câmara desde junho, depois que foi alterado pelo Senado. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Arrecadação federal fecha julho em R\$ 201 bilhões, com retração de 4,2% em relação ao ano anterior**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 11h45min

A arrecadação do governo federal fechou julho de 2023 em R\$ 201 bilhões, o que representa retração real de 4,2% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. Os números foram divulgados na terça-feira (22) pela Receita Federal (RFB). Os valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No período acumulado de janeiro a julho de 2023, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1,3 trilhão. Com isso, há decréscimo de 0,39% na comparação com 2022. Segundo a Receita, o resultado da arrecadação foi influenciado por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023. O IRPJ e a CSLL totalizaram uma arrecadação de R\$ 47 bilhões, com decréscimo real de 14,90%. “Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 4,69% na arrecadação do período e de 1,35% na arrecadação do mês de julho”, indica a divulgação. Este é o segundo mês seguido de retração na arrecadação. Em junho de 2023, houve decréscimo real de 3,37% em relação a junho do ano passado. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Relator no Senado mantém texto da Câmara para projeto do Carf**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 11h04min

O relator do projeto de lei do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), senador Otto Alencar (PSD-BA), manteve o texto aprovado na Câmara em seu parecer. Depois de um pedido de vista na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) na 3ª feira (22.ago.2023), o texto deve ser votado na comissão na 4ª feira (23.ago). O texto retoma o voto de qualidade nas decisões do Carf. A volta do dispositivo faz parte do pacote anti-deficit anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em 12 de janeiro. O ministro já afirmou trabalhar com a expectativa de arrecadar R\$ 50 bilhões em 2023, mesmo com mudanças feitas a respeito do voto de qualidade. Otto elogiou o trabalho realizado na Câmara, classificando-o como “metuculoso” e que “merece consideração”. Os deputados aprovaram o projeto do Carf em 7 de julho, após recorde de empenho de emendas parlamentares. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Arcabouço Fiscal deve ser votado na terça-feira**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 08h37min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deve colocar em votação na terça-feira (22) o texto do arcabouço. O texto que será colocado em votação, contudo, ainda deve ser alterado até os últimos momentos pelo relator da proposta na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA). Na noite da segunda-feira (21), Lira se reuniu com lideranças partidárias e com técnicos do ministério da Fazenda para discutir o projeto do arcabouço fiscal. A reunião teve como objetivo definir se o projeto que veio do Senado será alterado. Além de Cláudio Cajado, que desaprovou as mudanças introduzidas pelo relator da proposta no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), esteve presente no encontro o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Uma ala da Câmara vê o texto do Senado com desconfiança por considerá-lo político em vez de técnico. A outra ala prefere não apostar em um desgaste com o governo e aceita o texto como está para não arcar com o prejuízo de mais um atrito. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Desoneração da folha está pronta para votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Poder Legislativo | 22/08/2023

Trata-se do PL 1.016/23, que prorroga até 31 de dezembro de 2027, o adicional de 1 ponto percentual à alíquota da Cofins devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior. O texto busca manter até a data definida no projeto a atual política de desoneração da folha de pagamentos, estendendo por mais 4 anos a sistemática de arrecadação. Está sob a relatoria da deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), o texto recebeu parecer favorável na CDE (Comissão de Desenvolvimento Econômico). Sendo aprovado pela principal comissão de mérito na Câmara, a estratégia para levá-lo imediatamente ao plenário é aprovar requerimento de urgência, a fim de ultrapassar as 2 comissões temáticas que restariam para apreciar o projeto: a de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação.

Fonte: DIAP

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### Vai a Plenário nome de Paulo Alcoforado para diretoria da Ancine

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 14h10min

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou, em reunião na terça-feira (22), a indicação de Paulo Xavier Alcoforado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine). A mensagem com a indicação (MSF 46/2023) do governo Lula foi relatada favoravelmente pelo senador Humberto Costa (PT-PE). A indicação será votada pelo Plenário do Senado em regime de urgência, após aprovação de requerimento do líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA). Alcoforado recebeu 17 votos favoráveis e quatro contrários, após a sabatina promovida pelo colegiado. O indicado já foi diretor da Ancine entre 2009 e 2010. Após esse período, foi superintendente de Fomento da Ancine entre 2011 e 2014; e foi secretário de Políticas de Financiamento, também da Agência Nacional de Cinema, de 2014 a 2017. Para ele, a popularização das mídias e dispositivos digitais, como o smartphone, modificou o mercado.— O contexto hoje é diferente do meu primeiro período na Ancine. A linguagem audiovisual ocupa lugar central na produção e troca de informações. Deixou de se restringir aos lugares de convívio para invadir também o espaço individual e pautar seus comportamentos e referências cognitivas — disse Alcoforado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Alckmin elogia “defesa” que Lira tem feito do arcabouço fiscal

Poder Executivo | 22/08/2023 – 13h26min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, elogiou na terça-feira “a defesa” que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem feito do arcabouço fiscal. Alckmin também disse que é “muito importante” que a regra seja votada pela Câmara nesta semana. “Quero destacar a participação do presidente da Câmara e as suas atitudes em defesa do arcabouço fiscal”, disse no lançamento do Fórum Mauá 2023-2033, em Mauá (SP). “Ontem, aqui em São Paulo, o presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que vota nesta semana. Hoje ou amanhã. Muito importante”, afirmou também, destacando que a nova regra para as contas do governo federal permitirá a queda tanto da dívida pública quanto da taxa básica de juros. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Comissão aprova projeto que atualiza a regulamentação do Fundeb permanente

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 11h57min

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que atualiza dispositivos da [Lei 14.113/20](#), que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente.

Foi aprovado o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), para o [Projeto de Lei 3339/21](#), do ex-deputado Gastão Vieira (MA). Segundo o relator, houve necessidade de alterações porque dispositivos da regulamentação do Fundeb permanente já foram atualizados pela Lei 14.113/20. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lula diz que Banco dos Brics pode ser maior que o FMI e defende moeda comum**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 10h23min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na terça-feira (22) que o Banco dos Brics pode ser "muito maior do que o FMI" – Fundo Monetário Internacional –, ao emprestar dinheiro para os países "sem que o pagamento atrofie as finanças" do devedor. Ele também defendeu a criação de "uma moeda de comércio exterior" para os integrantes do grupo, reduzindo a dependência do dólar. O presidente deu as declarações em seu programa semanal "Conversa com o Presidente", gravado na cidade sul-africana de Joanesburgo, onde ocorre a Cúpula dos Brics – reunindo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. "A gente quer criar um banco muito forte, que seja muito maior do que o FMI. Mas que tenha outro critério para emprestar dinheiro para os países. Não de sufocar. Mas de emprestar na perspectiva de que o país vai criar condições de investir o dinheiro, se desenvolver e pagar, sem que o pagamento atrofie as finanças do país", afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lira a aliados: Lula sabe que errou ao montar ministério**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 09h22min

Numa análise serena feita na segunda-feira (21) a aliados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) disse que compreendia a dificuldade de Luiz Inácio Lula da Silva de "mexer na equipe com seis meses de governo", mas que o petista "sabe que errou na montagem" de seu ministério. A análise de Lira é endossada por um integrante do governo Lula, que já havia relatado ao blog o desconforto do presidente em fazer uma reforma ministerial antes do fim do primeiro ano de governo. Na avaliação deste aliado, Lula temia passar a imagem de que a equipe escolhida por ele após a eleição "não deu certo". Lira, por sua vez, tem afirmado ao próprio Lula que ele montou a Esplanada com 37 ministérios que lhe entregam apenas 150 votos na Câmara. Ainda assim, na conversa que teve com o petista antes de ele viajar para a África do Sul, onde participa de encontro do Brics, Lira disse que ele embarcasse tranquilo: "Nós vamos votar o que é importante pro país", afirmou, em referência ao marco fiscal. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Líderes reúnem-se na terça para acertar votação das mudanças do Senado no novo arcabouço fiscal**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 07h34min

Os líderes partidários reúnem-se na terça-feira (22) para ajustar os últimos pontos do acordo para votação do novo arcabouço fiscal (PLP 93/23). Em reunião na residência oficial, os líderes decidiram votar a proposta nesta semana. Aprovado pela Câmara no primeiro semestre, o texto retornou do Senado com várias alterações, como a exclusão do Fundo Constitucional do DF e do Fundeb no limite de despesas, além de mudanças na fórmula de cálculo do índice da inflação usado para a correção de despesas condicionadas. Técnicos do governo e da consultoria da Câmara dos Deputados explicaram que esta última mudança impacta no Orçamento que será votado pelo Congresso. O relator do projeto, deputado Claudio Cajado (PP-BA), adiantou que o texto deve ser votado na terça ou na quarta já com todos os ajustes promovidos. "O parecer já está pronto, apenas faltando esses ajustes desses

pontos que faltam ser acordados”, disse Cajado. O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), comemorou a expectativa de votar o arcabouço hoje ou amanhã. “Essa, para mim, é a principal conquista da noite porque havia uma indefinição”, disse Guimarães, ao deixar a reunião na residência oficial. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Com reforma ministerial, PP terá mais emendas do que PSD e PSB**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 05h56min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve passar para o PP, de Arthur Lira (AL), o comando do Ministério do Desenvolvimento Social. Se o novo desenho for confirmado, a sigla do Centrão terá controle sobre um dos maiores volumes de emendas no atual orçamento. Serão R\$ 837 milhões ao todo, valor que deixa a sigla a frente de partidos que estão com o petista desde o início do governo, como PSD e PSB, ambos com 3 ministérios. Só PT (7 ministérios), União Brasil (3) e MDB (3) têm um volume maior sob seu controle para liberar. O PP indicou o deputado federal André Fufuca (PP-MA) para o Ministério do Desenvolvimento Social. Alas do PT ainda resistem à mudança. Criticam a saída do petista histórico Wellington Dias (PT-PI) do comando da pasta. O Desenvolvimento Social tem, atualmente, o 3º maior orçamento da Esplanada. Essa posição deve mudar porque a pasta vai perder o Bolsa Família.

Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Câmara tende a mudar marco fiscal do Senado, diz Lira**

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 04h

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), 54 anos, sinalizou que mudanças feitas pelo Senado ao aprovar o marco fiscal serão derrubadas pelos deputados. Lira participou de jantar do PoderIdeias, em Brasília, na noite de 2ª feira (21.ago.2023). O deputado é um dos principais líderes do Centrão. Afirmou, entre outros temas, que a proposta para reduzir o pagamento do Imposto de Renda precisará ser alterada para incluir nova fonte de receita e que caberá à equipe econômica apresentar uma solução. O governo defende taxar fundos de investimentos no exterior, as empresas offshores de brasileiros que declaram esses empreendimentos legalmente. Para o presidente da Câmara, a maioria dos deputados se opõe à forma como foi feita a proposta, que considera inadequada porque não houve discussão prévia com os congressistas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Arcabouço será votado até quarta, mas não há acordo sobre despesas condicionadas**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 22h42min

Terminou de forma inconclusiva a reunião entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários da base governista e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na noite de segunda-feira para decidir sobre as emendas do Senado Federal ao novo arcabouço fiscal. Outro encontro ocorrerá na terça-feira, às 11h. Lira informou que colocará o projeto em votação até a quarta-feira, antes do prazo necessário para o governo federal enviar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, mas a tendência, segundo fontes, é que os deputados rejeitem a possibilidade de que o governo inclua cerca de R\$ 32 bilhões como “despesas condicionadas”. O projeto do novo arcabouço fiscal permite que o governo eleve suas despesas de um ano para o outro em montante equivalente à inflação mais 70% do incremento de suas receitas. Os deputados, contudo, mudaram a data de aferição da inflação, para que o cálculo seja feito com base no aumento dos preços entre julho a junho, mas permitiram que, no primeiro ano de vigência da nova regra, seja utilizada a



inflação estimada do fim do ano. No Senado, o governo conseguiu aprovar emenda para que a LOA já seja enviada com esse adicional. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **MPs próximas do vencimento podem ser votadas na quinta-feira**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 17h54min

Três medidas provisórias, que ainda serão votadas na Câmara, podem entrar na pauta do Senado na quinta-feira (24). A expectativa é de que as MPs 1170/2023, 1172/2023 e 1173/2023 sejam votadas ainda na quinta, já que todas estão prestes a perder a validade. Também deve ser votado o Projeto de Lei 1.540/2021, que cria uma política de qualidade de vida no trabalho e de valorização dos profissionais da educação. A sessão deliberativa está marcada para as 11 horas. Com prazo para votação até sexta-feira, 25 de agosto, a MP 1.170/2023, reajustou os vencimentos de servidores públicos. A medida estabeleceu reajuste linear de 9% para servidores federais civis, incluindo aposentados e pensionistas, a partir de 1º de maio de 2023. O pagamento com o reajuste já está sendo feito desde junho. O auxílio-alimentação também aumentou (43%), passando de R\$ 458 para R\$ 658 mensais. As outras duas medidas, que podem ser votadas, têm prazo até segunda-feira (28). Uma delas é a MP 1.172/2023. Publicada no Dia do Trabalhador, 1º de maio, a MP elevou o valor do salário mínimo para R\$ 1.320. A mudança representa um aumento de 2,8% com relação ao valor de R\$ 1302 do início do ano. A medida suspendeu a tramitação da MP 1.143/2022, editada em dezembro de 2022, ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro para fixar valor do salário mínimo em R\$ 1.302. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lira nega que minirreforma impacte em votações no Congresso**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 17h11min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), negou na 2ª feira (21.ago.2023) que a negociação de ministérios do governo com o Centrão esteja atrasando a votação de projetos importantes para o Planalto no Congresso Nacional. “As especulações de que o Congresso não vai votar aquilo porque não entregou aquilo outro, o ministério A ou o ministério B, isso não existe em questões de interesse nacional. O Congresso tem dado demonstrações inequívocas, [como as votações] da PEC da Transição, do arcabouço (marco fiscal), da reforma tributária, do Carf”, declarou Lira em debate sobre a reforma tributária promovido pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na sede da federação, em São Paulo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Comissão aprova proposta que define regras para uso de reconhecimento facial em estádios**

Poder Legislativo | 21/08/2023 – 16h29min

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2745/23, que estabelece diretrizes para o uso e a implementação de tecnologia de câmeras e sistemas de videomonitoramento com reconhecimento facial em estádios de futebol e outros locais de competições profissionais. O relator, deputado Coronel Ulysses (União-AC), recomendou a aprovação, após ajuste no texto. Segundo o parlamentar, a versão original da proposta, ao definir prazo para mudanças, acabou em conflito com a recente Lei Geral do Esporte, que já prevê a adoção da tecnologia nos estádios até junho de 2025. Conforme o texto aprovado, o sistema de reconhecimento facial será facultativo, de acordo com a necessidade de cada local para garantir a proteção dos direitos fundamentais, assegurar a privacidade e a segurança dos torcedores e jogadores. Será de exclusiva responsabilidade

das entidades públicas e privadas que usem a tecnologia de reconhecimento facial o tratamento e o compartilhamento dos dados biométricos. Não poderá haver o repasse a terceiros, salvo em casos de defesa nacional e segurança pública, como investigação e repressão de crimes. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RELAÇÕES EXTERIORES

### Lula diz que PAC é oportunidade de investimento para países do Brics

Poder Executivo | 22/08/2023 – 13h36min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (22) que o novo programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa uma oportunidade de investimento para países que integram o Brics – bloco composto por Rússia, Índia, China e África do Sul, além do Brasil. Durante a abertura do Fórum Empresarial do Brics, ele citou que o programa deve movimentar um total de US\$ 340 bilhões. “Apresentei, há duas semanas, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. O plano prevê a retomada de empreendimentos paralisados, a aceleração dos que estão em andamento e a seleção de novos projetos. Trata-se de um programa amplo, com muitas oportunidades que podem interessar aos investidores dos países do Brics.” Em sua fala, Lula destacou investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Segundo ele, o governo também dará prioridade a projetos envolvendo a geração de energia solar, eólica e a partir de biomassa, além do etanol e do biodiesel. “É enorme o nosso potencial de produção de hidrogênio verde”, completou. “Estabeleceremos parcerias entre o governo e os empresários em todas as áreas, sob forma de concessões, parcerias público-privadas e contratações diretas. Para que o investimento volte a crescer e gerar desenvolvimento precisamos garantir mais credibilidade, muita previsibilidade e estabilidade jurídica, política e social para o setor privado.” Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Moeda chinesa pode ser usada em comércio com a Argentina, diz Lula

Poder Executivo | 22/08/2023 – 12h45min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na 3ª feira (22.ago.2023) que é possível o Brasil utilizar o yuan, moeda oficial da China, para fazer comércio com a Argentina. A medida teria o objetivo de ajudar o país vizinho, que passa por crise econômica. Lula deu a declaração em sua live semanal, “Conversa com o Presidente”. Lula está na África do Sul para a cúpula do Brics, que começa na 3ª feira (22.ago.2023) e vai até 5ª (24.ago.2023). Um dos principais temas a serem discutidos pelo grupo é a sua expansão, com os critérios para a entrada de novos países, e o uso de uma moeda local única para trocas comerciais entre os integrantes do bloco. “Colocar uma moeda de negócio entre Brasil e outros países não é negar o dólar. O dólar vai continuar com o valor que ele tem. Mas não precisamos dele se não tivermos dinheiro para comprar dólar. Negociem nas nossas moedas. É possível a gente ajudar a Argentina tendo como moeda o yuan”, disse o presidente. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Cúpula do Brics começa com candidaturas fortes de Argentina, Indonésia e países árabes

Poder Executivo | 22/08/2023 – 08h59min

Os países que hoje são considerados os candidatos mais fortes a ingressar no Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Indonésia e Argentina, segundo disseram à Folha pessoas que acompanham as conversas. A cúpula do Brics começa na terça-feira (22) em Joanesburgo

(África do Sul), com a expansão como principal ponto da agenda. De acordo com interlocutores, os países citados são os que até o momento mais se aproximam de critérios comuns discutidos entre os cinco atuais integrantes —há no total mais de 20 países que postularam entrar no Brics. Os cinco candidatos mais fortes são vistos como países com uma política externa com um nível considerável de independência. Dessa forma, uma configuração do Brics com esses novos sócios evitaria a imagem de que o bloco teria se convertido numa plataforma da China e da Rússia para antagonizar com os Estados Unidos e o G7. Isso porque entre os governos que pediram para ingressar há adversários históricos dos EUA, como Cuba, Irã, Venezuela e Belarus. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Adesão de novos países e integração econômica estão na agenda do Brics**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 07h04min

A definição sobre os critérios para uma eventual ampliação do Brics e a criação de uma unidade de valor comum no comércio entre os países do bloco estão na pauta da 15ª Cúpula do Brics, que começa na terça-feira (22), em Joanesburgo, África do Sul, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais de 20 países já manifestaram formalmente interesse em integrar o Brics, como Irã, Arábia Saudita e Argentina. A inclusão de novos países no Brics – grupo atualmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – pode não ser interessante para o Brasil. A avaliação é do coordenador do Grupo de Estudos sobre o Brics (Gebrics) da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Borba Casella. Para o especialista, a inclusão de novos países pode acabar atrapalhando os trabalhos do grupo. “Essa possível ampliação vai significar paralisar e bagunçar toda essa agenda que funciona e que até agora fazia sentido, porque os cinco países têm visibilidade, representam uma parcela importante da população mundial, da economia mundial”, explica Casella, que é professor de direito internacional público da Faculdade de Direito da USP. Para ele, a mudança na constituição do Brics poderá levar o Brasil a deixar o grupo. “Não sei se é conveniente para o Brasil estar aliado com o grupo que será marcadamente anti-ocidente para se colocar em oposição à União Europeia e aos Estados Unidos. Não nos interessa estar em rota de colisão com parceiros comerciais importantes, não vejo vantagem nenhuma para o Brasil”, diz Casella. Ele explica que, como o Brics não é uma organização internacional constituída, não há um procedimento previamente determinado para o ingresso de novos países. Os países que hoje são considerados os candidatos mais fortes a ingressar no Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Indonésia e Argentina, segundo disseram à Folha pessoas que acompanham as conversas. Os cinco candidatos mais fortes são vistos como países com uma política externa com um nível considerável de independência. Dessa forma, uma configuração do Brics com esses novos sócios evitaria a imagem de que o bloco teria se convertido numa plataforma da China e da Rússia para antagonizar com os Estados Unidos e o G7. Isso porque entre os governos que pediram para ingressar há adversários históricos dos EUA, como Cuba, Irã, Venezuela e Belarus. Fonte: Agência Brasil e Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Brics tem grande contribuição a dar ao mundo, sem ‘antagonismo’ a outros fóruns, diz Haddad**

Poder Executivo | 22/08/2023 – 05h59min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira, 22, que o Brics não significa um “antagonismo” a outros fóruns internacionais dos quais Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul participam. “O Brics tem grande contribuição a dar. Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia podem, cada um a partir de sua perspectiva, oferecer ao mundo uma visão

coerente com seus propósitos e que não signifique nenhum tipo de antagonismo a outros fóruns importantes dos quais nós mesmos participamos”, disse o ministro, em discurso no Fórum Empresarial do Brics, em Johannesburgo. O evento antecede a XV Cúpula do Brics, que será aberta ainda na terça na cidade sul-africana. A expansão do bloco será o principal tema a ser debatido pelos líderes dos países-membros. No discurso, Haddad antecipou a posição do governo brasileiro, que negocia a ampliação do grupo, mas não quer se indispor com parceiros como os Estados Unidos e a União Europeia. A China, mais poderoso integrante do Brics, pressiona pela inclusão de até 23 países, o que alteraria o perfil político, econômico e populacional do bloco. O entendimento de diplomatas brasileiros é de que Pequim ambiciona a formação de um grupo cada vez mais antagônico ao Ocidente e ao G-7. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)